



TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA: questões para o debate

Arnaldo Xavier¹

Vania Maria Manfroi²

RESUMO

Este trabalho apresenta os dados da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina realizada entre 2009 e 2010, com objetivo de refletir sobre as relações de trabalho dos assistentes sociais. Foi possível observar tendências do mercado de trabalho como o processo de tercerização e o aumento de contratos temporários, mesmo que o Estado seja ainda o maior empregador.

Palavras-chaves: transformações no mundo do trabalho / mercado de trabalho / serviço social

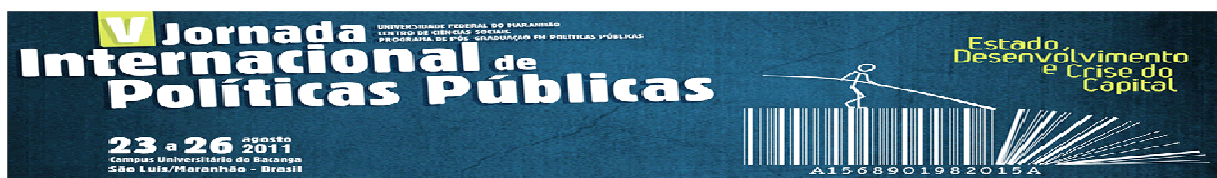
ABSTRACT

This paper presents data from the Labor Market Research of Social Workers in Santa Catarina held between 2009 and 2010, aiming to reflect on the working relationships of social workers. It was possible to observe trends in the labor market as the process of outsourcing and the increase of temporary contracts, even though the state is still the largest employer.

Keywords: changes in the world market / labor market / social service

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). nadoxavier@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). vaniamanfroi@yahoo.com.br



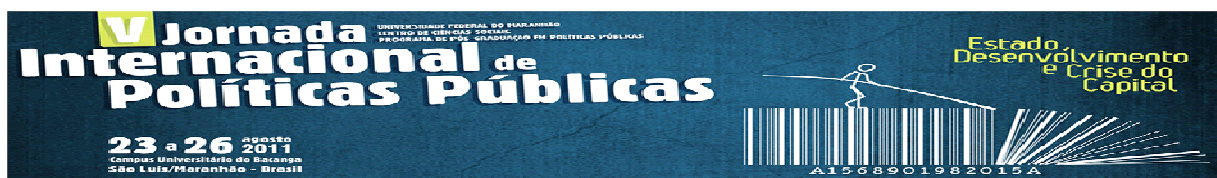
1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por base os dados oriundos da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina³ realizada entre os anos de 2009 e 2010 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 12º região). Construída de forma coletiva por um grupo formado de professores e estudantes, apóia-se na importância de analisarmos a atual realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais, buscando construir ferramentas coletivas para subsidiar a atuação das entidades da categoria bem como a formação profissional.

Podemos afirmar que a condição básica que todo trabalhador assalariado terá que enfrentar no seu cotidiano é orientada pela produção da mais valia, e o assistente social não está alheio a estas relações. Assim salientamos em consonância com Iamamoto (2008) que tal profissional ao mesmo tempo em que possui um projeto profissional que o orienta em suas ações na vida social, está sob a condição de trabalhador assalariado que o coloca sob a égide das relações do capital, tendo que responder a demandas dos empregadores e das instituições em nível individual. Sendo esta dualidade uma importante característica levada em conta em nossas análises.

Segundo Lara (2008), as transformações do mundo do trabalho contemporâneo devem ser problematizadas correlatamente à crise de acumulação do capital dos últimos quarenta anos. Esta obrigou tanto os países centrais como os periféricos a realizarem reajustes em suas organizações de produção com a fim de atenderem às exigências da mundialização do capital. Dentro dessas novas especificidades da gestão da força de trabalho podemos apontar a crise do pleno emprego culminando com o desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho e o crescente processo de terceirização, questões acirradas pelo processo de acumulação flexível do capital (LARA, 2008), que impõem às relações cotidianas de trabalho uma crescente fragmentação. O termo *mundialização* utilizado por Chesnais (1995) aponta para uma alteração nos mecanismos decisórios dos mercados financeiros, que hoje atuam sobre a forma mundializada, ou seja, podemos caracterizar essa como uma fase específica, primeiramente com a constituição do mercado mundial sob a forma financeira e depois sobre sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1995). Essas novas formas de apropriação da mais-valia gerou impactos para a classe trabalhadora rebatendo em suas relações de trabalho. Como resultado foi possível observar

³ A pesquisa também contou com a colaboração dos núcleos NESSP/NESSOP (Núcleo de Estudos sobre o Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas / Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular), do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social e do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Santa Catarina.



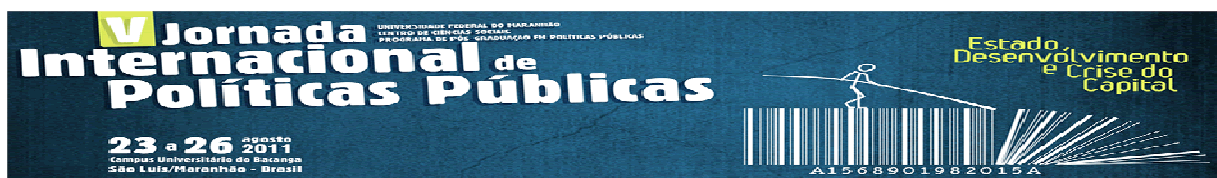
a criação de um enorme contingente de desempregados, subempregados e empregados precarizados. É com tais premissas em mente que convidamos o leitor para a análise dos dados referentes às relações de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina.

2 – AS RELAÇÕES DE TRABALHO ENCONTRADAS EM SANTA CATARINA

A relevância da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais quando se pauta na análise do cotidiano profissional está em buscar entender como a particularidade do exercício profissional cotidiano se conecta com a generalidade da profissão na qual o profissional está inserido, a fim de construir alternativas coletivas ao corpo da categoria. É também problematizar que por mais que as demandas sejam específicas em sua natureza e particularidades, não estão deslocadas de uma totalidade social da qual os demais profissionais fazem parte. E é apenas por meio deste reconhecimento coletivo que será possível, a partir das potencialidades e limites de cada particularidade, construir uma identidade de classe para pensar estratégias de superação da realidade cotidiana.

Como vimos essa questão repousa na especificidade do trabalho no contexto da sociedade capitalista. Por meio da apropriação dos meios de produção e das formas pelas quais os homens materializam a reprodução da vida social, o trabalho passa a configurar-se como uma negação das potencialidades emancipadoras do ser social, impondo aos trabalhadores um processo de alienação tanto em relação à atividade realizada, como de si mesmo e na sua relação com os outros. O que nos leva a dizer que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem na formas de contratação dos assistentes sociais criando como consequência a fragmentação e a heterogeneidade na formação da classe que vive do trabalho. Vejamos como tais questões repercutem nas relações de trabalho dos assistentes sociais em seu cotidiano.

A pesquisa buscou conhecer, por meio de uma metodologia exploratória com abordagem quali/quantitativa, os seguintes aspectos da realidade profissional: perfil, formação profissional, características das instituições empregadoras, condições de trabalho, militância e participação dos assistentes sociais e as expectativas em relação ao exercício profissional. Para a análise aqui proposta estabelecemos um recorte dando destaque para suas relações de trabalho. Teve como universo os assistentes sociais de Santa Catarina, abordados por meio de dois procedimentos diferentes. O primeiro na Grande Florianópolis, contou com a aplicação de questionário. Para a escolha da amostra foi realizado sorteio com caráter aleatório dentre os assistentes sociais registrados no CRESS/SC 12ª Região, desses foram entrevistados um número total de cento e trinta e dois profissionais oriundos dessa região. O segundo foi realizado nas regiões fora da



Grande Florianópolis, com a realização de grupos focais⁴ estruturados sobre os mesmos temas pesquisados no questionário. Foram realizados ao todo seis grupos focais com um número total de quarenta assistentes sociais participantes⁵.

Um primeiro dado apresentado refere-se à *natureza do vínculo* no mercado de trabalho dos assistentes sociais. Foi possível observar que dos cento e trinta e dois entrevistados na região da Grande Florianópolis 44% deles são Concursados/Regime Jurídico (RJU) (cinquenta e oito profissionais), enquanto 24% (trinta e um profissionais) encontram-se em regime de CLT (“carteira assinada”). As demais respostas não foram tão expressivas: 10% (treze profissionais) contrato temporário; 8% (dez profissionais) prestação de serviços; aposentado e autônomo com 5% (sete profissionais) respectivamente; comissionado e desempregado aparecem com 2% (três profissionais) cada um. É interessante notar que os assistentes sociais concursados ainda são maioria. E essa questão esteve presente tanto na região da Grande Florianópolis como nas cidades em que realizamos os grupos focais. Os números nessas cidades foram: 47% (dezenove profissionais) CLT; 42% (dezessete profissionais) concursados; 5% (dois profissionais) prestação de serviço; 3% (um profissional) cargo comissionado e desempregado, respectivamente⁶.

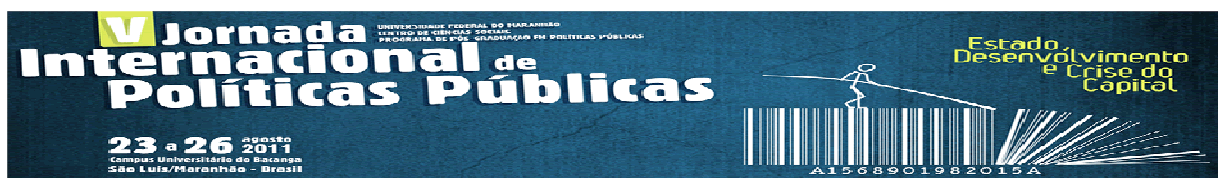
Para um detalhamento melhor desses dados perguntamos sobre a *natureza das instituições empregadoras*. Segundo as respostas na região da Grande Florianópolis a maior concentração dos assistentes sociais está na esfera pública municipal (26% - trinta e quatro profissionais). Em números brutos também podemos visualizar uma grande porcentagem (22% - vinte e nove profissionais) empregada pelas associações sem fins lucrativos, mas se agruparmos todos os dados dos que atuam no serviço público – esfera municipal (26% - trinta e cinco profissionais), esfera estadual (19% - vinte e cinco profissionais) e esfera federal (17% - vinte e três profissionais), teremos 63% (oitenta e três profissionais) dos assistentes sociais empregados pelo Estado, o que nos remete à tendência deste ainda ser o maior empregador dos assistentes sociais.

Acrescentamos, porém uma questão que está camuflada nesses números, e precisa ser aclarada. Dos trinta e quatro profissionais que declararam vínculo com a esfera pública municipal, doze destes são por contrato via Associação Florianopolitana de Voluntários, uma ONG, ou seja, em verdade não possuem vínculo empregatício com a prefeitura. Se tomarmos esses números

⁴ As cidades em que foram realizados os grupos focais foram: Lages e Chapecó com dois grupos cada e Itapema e Tubarão com um grupo cada, totalizando o número de quarenta profissionais. A pesquisa também previa a realização de grupos focais na cidade de Blumenau, mas não possível a sua realização.

⁵ Os participantes dos grupos focais foram elegidos por meio de alguns critérios, tais como: a natureza da instituição (público, privado ou terceiro setor); o tamanho do município em que trabalhavam (sendo que um participante de um município com menos de dez mil habitantes / dois participantes de municípios com população de dez a trinta mil habitantes e os outros dos demais municípios); vínculo empregatício (celetista, estatutário ou contrato temporário); e tempo de atuação na área. Esses critérios objetivavam uma maior variabilidade na discussão, buscando abranger uma maior proximidade com as diferentes áreas do cotidiano dos assistentes sociais.

⁶ Totalizando 40 profissionais entrevistados nestas cidades.



teremos, então, um aumento relativo nos vínculos empregatícios pelas associações na Grande Florianópolis, que no caso responderia por quarenta e um contratos, ou 31% do total de assistentes sociais.

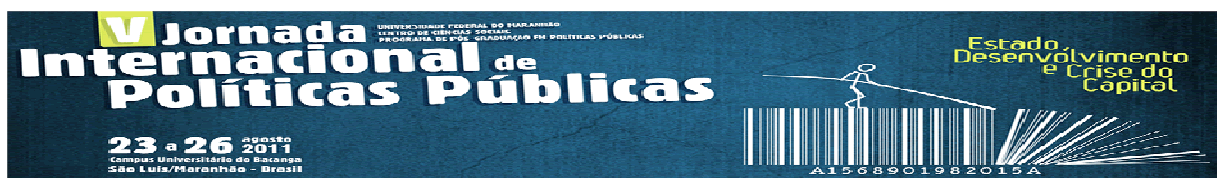
Já nas regiões fora do eixo da Grande Florianópolis a predominância é a esfera pública municipal (57% - vinte e três profissionais); já as esferas estaduais e federais são menores com 3% (um profissional) cada uma e as empresas privadas neste contexto ocupam uma posição na frente das associações sem fins lucrativos com 18% (sete profissionais) e 16% (seis profissionais) respectivamente. Um dado interessante é o aparecimento de 5% (dois profissionais) ligados às empresas de economia mista, dado que não apareceu na Grande Florianópolis.

Outra questão abordada é a renda bruta do assistente social. Na região da Grande Florianópolis temos o seguinte quadro: para 25% dos entrevistados (segmento com maior expressividade) a faixa salarial varia de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00; 20% ganham na faixa de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00; 16% ganham acima de R\$ 5.000,00; 12% entre R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00; 11% entre R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00; 6% de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00 e 2% dos entrevistados ganham entre R\$ 501,00 a 1.000,00. E 8% responderam *não se aplica*, que englobam os que não responderam a assertiva, ou estão desempregados, ou ainda não atuam na área. Podemos verificar que mesmo com uma divisão entre as faixas salariais muito próximas entre si, as respostas estão, em sua maioria, concentradas nos espaços intermediários, porém se tomarmos os extremos a disparidade salarial se torna mais expressiva.

Nos grupos focais também perguntamos sobre a renda dos profissionais e a maior incidência está na faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 com 26%; diferente da Grande Florianópolis que esta parcela contava com 20% dos entrevistados. Um dado interessante nas regiões fora do eixo da Grande Florianópolis é a parcela dos que ganham acima de R\$ 5.000,00, na Grande Florianópolis era de 16% e nas demais cidades do estado é de 5% apenas, uma redução de 11% nessa faixa salarial. Outro dado também que nos chama a atenção é a parcela de 3% dos profissionais que ganham menos de R\$ 500,00, esse dado nem aparece na Grande Florianópolis e é emblemática na disparidade em nível estadual da renda bruta dos assistentes sociais.

Mesmo os grupos focais contando com um número três quartos menores de profissionais entrevistados temos a faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 com uma incidência maior nessas localidades, o que nos permite afirmar que há uma tendência em que os salários pagos na Grande Florianópolis sejam maiores que os das regiões do estado em que a pesquisa foi realizada.

Passamos agora para a análise da relação entre a faixa salarial e a carga horária. Se em relação à remuneração tínhamos uma pulverização dos dados praticamente de forma equitativa em diversas faixas salariais, em relação à carga horária tal tendência não se processa. A maioria dos profissionais entrevistados na Grande Florianópolis (48%) trabalha 40 horas semanais; 30%



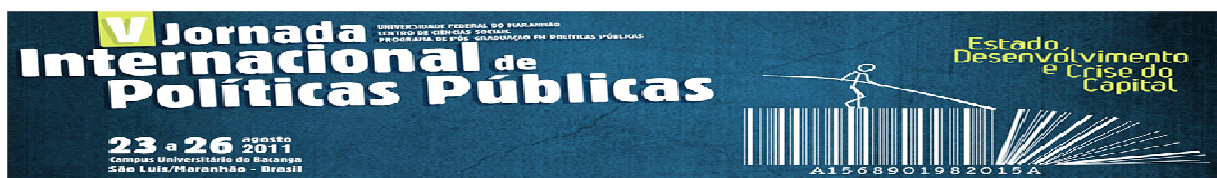
estão na casa das 30 horas semanais; 10% têm carga horária superior a 40 horas semanais e apenas 6% trabalham 20 horas semanais⁷, quanto à categoria *não se aplica*, 6%, esclarecemos que são profissionais que não desempenham funções na área Serviço Social ou não responderam a questão.

Ao cruzarmos os dados sobre a carga horária e a remuneração dos que trabalham 20 horas semanais (oito profissionais do total de cento e trinta e dois), temos o seguinte panorama: a faixa salarial é bem variada com destaque para a faixa entre R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00 com (25%) e para acima de R\$ 5.000,00, com uma concentração maior de 38%. Dentre os assistentes sociais que trabalham 20 horas semanais, dos oito encontrados, seis estão vinculados às associações sem fins lucrativos. É interessante notar que os vínculos desses profissionais em sua maioria são do regime de CLT (cinco profissionais). Apenas um deles é concursado e juntamente com outros dois profissionais aposentados possuem os melhores salários dentre os que realizam 20 horas semanais, esses três últimos trabalham para a esfera pública federal, para uma empresa privada e para uma associação sem fins lucrativos, respectivamente.

Dentre os que trabalham 30 horas semanais a faixa salarial está entre R\$ 1.001,00 a mais de R\$ 5.000,00, com uma incidência maior entre as faixas salariais de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 (22%) e R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (29%). Seguindo a mesma relação anterior entre as variáveis, temos o seguinte panorama: nesta categoria de 30 horas as melhores condições de trabalho estão nas esferas públicas. A empresa de economia mista aparece entre as que mais remuneram, porém o vínculo é em regime de CLT, assim diferente do Concurado/RJU, há em tese uma menor estabilidade empregatícia. Entre a faixa salarial com maior representatividade – remuneração entre R\$ 3.001,00 a 5.000,00 – para os que trabalham 30 horas podemos apontar novamente os vínculos concursados na esfera pública (100% dos que estão nesta faixa), com destaque para a esfera estadual que apresenta maior expressividade. Contraditoriamente a esfera pública municipal apresenta os piores salários para os que trabalham 30 horas semanais, inclusive com contratações temporárias, o que nos remete claramente ao processo de terceirização nesta esfera.

Daqueles que responderam que trabalham 40 horas semanais a faixa salarial é mais pulverizada, abarcando todas as faixas, com uma incidência maior entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (18%), acima de R\$ 5.000,00 (19%) e R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (27%). Observando as demais condicionantes apresentadas podemos apontar várias questões. Começamos por chamar

⁷ Vale ressaltar que tal questão precede a aprovação da Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 que regulamenta um número máximo de 30 horas semanais para os vínculos empregatícios de Serviço Social. A análise desses números nos faz refletir também sobre o impacto que tal legislação terá sobre o mercado, visto que uma parcela significativa dos assistentes sociais (59%) está fora da nova legislação.

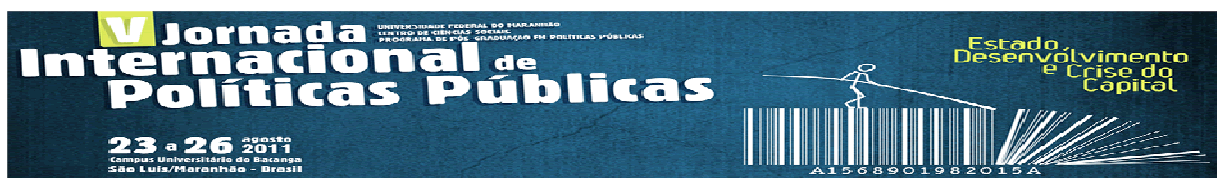


a atenção para a faixa de renda menor entre R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00, os dois profissionais que estão nessa faixa atuam um na empresa privada com vínculo de CLT e outro na esfera pública municipal com um vínculo temporário, ambos têm uma jornada de 40 horas semanais. Tais exemplos são emblemáticos para demonstrar a precariedade que esses profissionais possuem nas relações de trabalho, sobretudo se compararmos com os que estão na outra ponta, profissionais que ganham acima de R\$ 5.000,00 exercendo a mesma carga horária, porém concursados e na esfera pública federal. A parcela mais expressiva nesta categoria – os 27% que ganham entre R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 – encontra-se, sobretudo na esfera pública, com ênfase para a federal. Já os 13% que se encontram na faixa de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00 atuam prioritariamente nas associações sem fins lucrativos. Por esses números podemos concluir que no caso dos que trabalham 40 horas semanais os melhores empregadores, levando em consideração renda e segurança no vínculo de trabalho, são as esferas: pública estadual e federal. E os espaços que apresentam as piores condições reunindo as mesmas categorias invertidas, ou seja, menores salários e menos segurança nos vínculos de trabalho são as associações sem fins lucrativos.

Para os assistentes sociais que trabalham acima de 40 horas semanais, temos o seguinte quadro: 38% (cinco profissionais) entre a faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00; 23% (três profissionais) entre R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 ; 23% (três profissionais) acima de R\$ 5.000,00; 8% (um profissional) entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.250,00 e 8% (um profissional) entre R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00. Com esses dados podemos perceber que o local que apresenta as piores condições de trabalho levando em conta a renda, a carga horária e o vínculo empregatício é a esfera pública municipal – o vínculo é contrato temporário e a renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00. Mais uma vez aqui temos a questão da contratação temporária e o processo de terceirização em que o vínculo de trabalho se estabelece via associação sem fins lucrativos, ou seja, o assistente social por mais que esteja vinculado à esfera municipal seu empregador não é o Estado e sim uma organização não governamental. Assim, para os que atuam mais de 40 horas semanais os melhores postos de trabalho estão localizados na esfera pública também, porém em condições bem diferenciadas: o vínculo é concursado e a renda é acima de R\$ 5.000,00.

3 – CONCLUSÃO

Ao nos debruçarmos sobre esses dados e refletirmos sobre seus impactos na vida desses profissionais nos permite claramente dizer que as políticas de desresponsabilização do Estado estão cada vez mais colocando o trabalhador num constante processo de precarização e subalternização, além de apresentar dentro do mesmo âmbito condições extremamente desfavoráveis para atuação do assistente social. Assim este trabalhador que busca por uma



colocação no mercado de trabalho se submete a vender sua força-de-trabalho dentro das condições impostas pela lógica da sociedade capitalista contemporânea de superexploração do trabalho.

Por meio destes dados também é possível entender um pouco mais sobre o valor monetário do trabalho/hora pago a cada profissional e a pensar numa média deste trabalho socialmente produzido. Enfatizamos a grande disparidade que existe entre os profissionais, sobretudo se comparamos os dois extremos, quais sejam: profissionais que trabalham 20 horas semanais e ganham acima de R\$ 5.000,00 e aqueles que trabalham acima de 40 horas semanais e ganham abaixo de R\$ 1,250,00.

Sobre as questões aqui discutidas em relação ao mundo do trabalho e as tendências do mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina podemos dizer que a pesquisa comprova as tendências apresentadas pelos autores que discutem o mundo do trabalho e as transformações deste na era mundializada do capital. Aos vínculos terceirizados, a remuneração precária e as longas jornadas de trabalho estão presentes entre os maiores desafios às lutas da categoria, conforme buscamos apresentar. Uma tendência apontada pela pesquisa é a melhor remuneração aos assistentes sociais na região da Grande Florianópolis em detrimento das demais cidades pesquisadas. Outra também tendência comprovada pela pesquisa repousa no aumento de contratos realizados pela esfera municipal via organizações do terceiro setor. Porém mesmo com esta crescente pauperização e desmonte o Estado ainda se confirma como sendo o setor que mais emprega os assistentes sociais.

4 – REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, R. Aproximações indispensáveis: serviço social, mundo do trabalho e crise do capital. IN: TUMOLO, P. S; BATISTA, R. L. **Trabalho, Economia e Educação**. Maringá: Práxis, 2008.